



Número: **0004736-66.2015.2.00.0000**

Classe: **PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS**

Órgão julgador colegiado: **Plenário**

Órgão julgador: **Gab. Rep. Câmara**

Última distribuição : **13/10/2015**

Valor da causa: **R\$ 0.0**

Processo referência: **0000079-52.2013.2.00.0000**

Assuntos: **Providências**

Objeto do processo: **TJRO - Providências - Desconstituição - Portaria nº 006/2014 - Estipulação - Cronograma - Implantação - PJe - Ausência - Estrutura - Tribunal de Justiça - Viabilização - Acesso - Sistema - Advogados - Jurisdicionados - Carência - Suporte Técnico - Apoio - Usuário - Impossibilidade - Certificação - Indisponibilidade - Insegurança - Sistema - Suspensão - Implantação - PJe.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	
Tipo	Nome
ADVOGADO	WALTER AIRAM NAIMAIER DUARTE JUNIOR
REQUERENTE	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SECCIONAL DE RONDÔNIA
REQUERIDO	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - TJRO
ADVOGADO	FELIPPE ROBERTO PESTANA

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21780 47	16/05/2017 14:29	Petição	Petição
21780 54	16/05/2017 14:29	manifestacao intermediaria cnj maio 2017	Documento de comprovação
21780 55	16/05/2017 14:29	imagem pje	Documento de comprovação
21780 57	16/05/2017 14:29	relatorio de paralisações pje tjro	Documento de comprovação
21780 58	16/05/2017 14:29	noticia site tj OAB e TJRO participarão de audiência sobre o Processo Judicial Eletrônico	Documento de comprovação

em anexo.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ HENRIQUE ÁVILA.

Autos nº 0004736-66.2015.2.00.0000

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL RONDÔNIA – OAB/RO, já qualificada nos autos do pedido de providencias em epígrafe, proposto em desfavor da implantação/exigência de utilização do PJe no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, vem a presença de Vossa Excelência expor e, ao final, requer o que segue:

Por força do despacho exarado por Vossa Excelência nos autos do processo em epígrafe foi oportunizado as partes da realização de audiência de conciliação. Muito embora a OAB/RO tenha manifestado sua concordância, o TJ/RO declinou da proposta, afirmando que “está cumprindo” a decisão constante nos autos, requerendo, ainda, a remessa dos autos para julgamento no pelo Órgão Pleno deste Conselho Nacional de Justiça.

Cumpre, de início, registrar a estranheza causada pela posição tomada pelo Tribunal Rondoniense ao decidir por não participar da audiência proposta pois, como faz provar notícia veiculada no site do TJ/RO, o Poder Judiciário estava aberto ao diálogo conciliatório para pôr fim – ou ao menos firmar

compromissos de soluções definitivas – para os problemas apresentados pela ferramenta tecnológica.

Dessa forma, cumpre a OAB/RO expor alguns fatos - que por certo seriam abordados caso houvesse a oportunidade – para melhor subsidiar o convencimento de Vossa Excelência, além de dar conhecimento a real situação do PJe no âmbito do Judiciário Rondoniense.

Durante os últimos 60 (sessenta) dias, o TJ/RO realizou pelo menos duas atualizações no PJe, sendo, uma delas programada, fato inclusive noticiado pela assessoria de comunicação institucional do Órgão (<https://www.tjro.jus.br/noticias/item/7463-tjro-atualiza-sistema-pje>).

Do movimento em questão restaram diversos problemas que culminaram na realização de outras atualizações para “ajustar” o Sistema que, por seu turno, demandaram outras paralisações. Não é fora de propósito relatar as ocorrências que geraram certidão de indisponibilidade da aplicação, senão vejamos:

Avisos do Sistema						
PJE	Parada não Programada	20/04/2017 14:15:00	20/04/2017 14:27:00	PJe Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	12/04/2017 13:07:00	12/04/2017 13:37:00	PJE	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	11/04/2017 18:02:00	11/04/2017 18:07:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	 
PJE	Parada não Programada	11/04/2017 17:17:00	11/04/2017 17:57:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	 
PJE	Parada não Programada	07/04/2017 16:00:00	07/04/2017 16:15:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que realizou manutenção corretiva no Processo Judicial Eletrônico, e durante o período houve intermitência no acesso ao sistema.	 
PJE	Parada não Programada	06/04/2017 13:01:00	06/04/2017 14:33:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o Sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para melhoria na infraestrutura do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	05/04/2017 14:17:00	05/04/2017 15:00:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para correções no sistema.	 
PJE	Falha inesperada	04/04/2017 06:01:00	11/04/2017 05:59:00	PJe Processos Incidentais de Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, informa que no período cadastrado por esta certidão o Sistema Processo Judicial Eletrônico de Primeiro Grau apresentou problemas que impossibilitaram o petiçãoamento, EXCLUSIVAMENTE, DOS PROCESSOS INCIDENTAIS NO PRIMEIRO GRAU.	 
PJE	Manutenção Programada	03/04/2017 18:00:00	04/04/2017 04:00:00	PJe	Informamos que devido a atualização de versão, o sistema PJE esteve indisponível durante o período desta certidão.	 
PJE	Parada não Programada	31/03/2017 09:29:00	31/03/2017 10:32:00	PJe	Informamos que, no período desta certidão, o ambiente foi paralisado para reestabelecer os serviços que estavam comprometidos por lentidão.	 

Itens por página: 10 | Página: 1 | [Exibindo 1 - 10 de 26 - Página: 1/3]

Exportar tudo | Exportar página

O cenário em questão deixa transparecer a fragilidade que a aplicação tem representado à sociedade rondoniense uma vez que – sob o argumento de problemas técnicos – há uma velada negativa, ou ao menos demora, na entrega da prestação jurisdicional.

Traçado esse panorama, é impositivo lembrar que o presente Pedido de Providencia traz em seus argumentos de fato e de direito calçados na **ij) Precária infraestrutura do Estado de Rondônia e ii) Falta de Quadro de Pessoal Especializado em TI.**

Para se ter uma ideia, durante o mês de abril/2017, foram abertos mais de 3.000 (três) mil chamados de suporte técnico para auxílio na solução de problemas da ferramenta tecnológica. O quantitativo expressivo dá conta que o PJE é ineficiente e a cada dia que passa – com o aumento da quantidade de processos eletrônicos distribuídos – compromete-se ainda mais o funcionamento do Poder Judicial Estadual.

Diuturnamente são registrados, por meio da Ouvidoria da OAB/RO, relato de advogados que, a bem da verdade, transparecem a real situação do sistema gestão processual do TJ/RO. Vejamos alguns deles:

Dr. Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790) relatava “sobre a certificação e póstuma alteração pelo TJ/RO da indisponibilidade do sistema PJE no dia 21.03.2017, “adiantando” ao término do prazo para os advogados, o qual já havia certificado anteriormente, para da posterior, o que considera inadmissível e gerador de insegurança no mundo jurídico. Mencionou ainda sobre o fato de ser possível que o juiz não visualiza uma petição protocolada pelo usuário. Já ocorreu com o mesmo despachando petição no interior”.

O relato do advogado demonstra a insegurança jurídica causada pelas várias publicações de indisponibilidade que, conforme descrito pelo usuário do sistema, estão sendo alteradas/modificadas pelo TJ/RO.

Dr. Felipe Roberto Pestana (OAB/RO 5077) relata: “o recolhimento de custas judiciais iniciais só ser possível posteriormente a distribuição da petição inicial, principalmente no tocante aos pedidos de urgência.

Reivindica de forma geral a disponibilização de computadores nas salas de audiência para que os advogados possam acessar os autos eletrônicos quando necessário”.

O relato demonstra que a estrutura de informática, apesar de ampliada pelo TJ/RO, ainda não é suficiente para atender a demanda gerada pela utilização da ferramenta. Compulsar os autos durante uma audiência, em verdade, se tornou prática impossível com a utilização do PJe.

Dr. Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), mencionou: “Certidão do TJ/RO do dia 04.04.17 a 11.04.17 que atesta que todos os petições incidentais do primeiro grau estariam afetados (paralisados por uma semana, o que é inadmissível; O link de consulta do CNJ encontrar-se inativo há muito tempo”.

O relato do advogado deixa claro a negativa de vigência do regulamento definido pela Resolução 185 CNJ pois, nos termos firmados pelo artigo 10 do referido normativo, a situação deveria ser tratada como indisponibilidade, garantindo a devolução do prazo aos atores processuais.

Dr. Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831) “mencionou erro no envio dos arquivos; informou também a prática de digitalização de autos físicos (migração) em comarcas do interior, esclarecendo que não há padrão entre os cartórios (cada um faz de uma forma).

Pelo viés da narrativa do Causídico, percebe-se que a utilização da ferramenta não atende a padrões, cabendo a advocacia conhecer a prática do dia-a-dia de cada cartório do TJ/RO, situação que, não tarde, prejudica a atuação dos patronos na defesa dos interesses de seus clientes.

*Dra. Helena Maria Brondani Sadahiro (OAB/RO 942),
“informa que os Juizados especiais está arquivando
processos de forma imediata sem quaisquer publicações
ou notificação eletrônica dos advogados”.*

Problemas como o destacado acima são a realidade vivenciada pelo advogado rondoniense frente a exigência do PJe, ao passo que busca a prestação jurisdicional em favor de seus clientes, muitas vezes o advogado está sendo surpreendido com arquivamentos e despachos que não são publicados, ou mesmo são objeto de notificação na forma eletrônica.

*Dr. Ueliton Felipe Azevedo de Oliveira (OAB/RO 5176),
“informou que o PJE na atual conjuntura tem prejudicado
a saúde dos advogados, informa, inclusive ter
recomendação médica para não passar por situações de
irritação/stress como as causadas pelo PJE”*

Seria cômico se não fosse trágico, notar que a exigência de uma ferramenta desenvolvida para melhoria na entrega da prestação jurisdicional, vem causando traumas a saúde dos advogados que dependem da ferramenta ineficiente.

Mas não é só! Aportou na Seccional da OAB/RO no dia 18 de novembro de 2017, expediente originário da Comarca de Guajará-Mirim (interior do Estado), subscrito por quase a totalidade de advogados inscritos naquela Subseção, em são registrados diversos transtornos de ordem técnica que tem gerado um caos no vivencia forense daquela localidade. Vejamos trecho da carta:

[...]

No entanto, não se pode fechar os olhos para nossa realidade e desconsiderar que há várias questões que merecem a atenção do Poder Judiciário, sob pena de se ter o processo eletrônico como um verdade tormento na vida dos advogados, bem como gerar prejuízo efetivo para os Jurisdicionados.

Infelizmente, é o que está ocorrendo com os jurisdicionados de Guajará-Mirim/RO, onde implementação do PJe NÃO veio acompanhada das vantagens esperadas e prometidas, mas apenas e tao-somente com os problemas acima relatados, prejudicando ao invés de beneficiar a efetividade e as demais garantias do processo.

Nesse cenário, pode-se dizer que o próprio acesso ao Judiciário, garantido constitucionalmente, está sendo obstado em razão dos constantes problemas de indisponibilidade, instabilidade e dificuldade de acesso ao Sistema PJe...

[...]

E os transtornos vão além: Não foram disponibilizadas máquinas e equipamentos necessários a consultas processuais em local adequado em todas as edificações dos fóruns; Não há suporte presencial aos advogados e jurisdicionados idosos e portadores de necessidade especiais; a ferramenta apresenta lentidão que obriga o advogado a permanecer por horas tentando protocolar um único processo.

A aplicação falha com o mínimo de lógica em sua estrutura de negócio quando “exige” que o advogado ingresse com uma petição em um processo com sigilo de justiça - sem saber se o processo realmente existe (já que a consulta é impossível mesmo tendo sido identificado por meio de certificado digital) - e tendo que ligar no cartório para que o serventário faça sua habilitação eletrônica, sob pena de não poder atuar no processo (situação peculiar a todos os processos que tramitam nas varas de família, infância e adolescência, violência doméstica).

De mais a mais, são diversos os problemas suportados pela advocacia rondoniense e, por conseguinte, pelo Jurisdicionado do Estado, que reforçam a necessidade da interveniência deste CNJ para reestabelecer a regularidade na prestação jurisdicional junto ao TJ/RO.

Dessa forma, e por tudo mais que contam nos autos, reiteramos os pedidos ultimados nas manifestações pretéritas, para garantir que seja garantido o cumprimento integral da decisão proferida nos presentes autos, até que a presente demanda seja apreciada pelo Órgão Plenário desse Conselho.

Por derradeiro, caso reste dúvidas sobre a real situação da disponibilidade/utilização do PJe no âmbito do Tribunal de Justiça de Rondônia, pugna-se, novamente, pela baixa em diligência do processo para, por meio de comissão técnica desse CNJ, seja constada presencialmente as dificuldades relatadas ao longo desta instrução processual.

Nesses Termos,
Pede Deferimento.

Brasília-DF, 12 de maio de 2017.

(assinado digitalmente)

FELIPPE ROBERTO PESTANA
OAB/RO 5.077

Avisos do Sistema						
PJE	Parada não Programada	20/04/2017 14:15:00	20/04/2017 14:27:00	PJe Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	12/04/2017 13:07:00	12/04/2017 13:37:00	PJE	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	11/04/2017 18:02:00	11/04/2017 18:07:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	 
PJE	Parada não Programada	11/04/2017 17:17:00	11/04/2017 17:57:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	 
PJE	Parada não Programada	07/04/2017 16:00:00	07/04/2017 16:15:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que realizou manutenção corretiva no Processo Judicial Eletrônico, e durante o período houve intermitência no acesso ao sistema.	 
PJE	Parada não Programada	06/04/2017 13:01:00	06/04/2017 14:33:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o Sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para melhoria na infraestrutura do sistema.	 
PJE	Parada não Programada	05/04/2017 14:17:00	05/04/2017 15:00:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para correções no sistema.	 
PJE	Falha Inesperada	04/04/2017 06:01:00	11/04/2017 05:59:00	PJe Processos Incidentais de Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, informa que no período cadastrado por esta certidão o Sistema Processo Judicial Eletrônico de Primeiro Grau apresentou problemas que impossibilitaram o petiçãoamento, EXCLUSIVAMENTE, DOS PROCESSOS INCIDENTAIS NO PRIMEIRO GRAU.	 
PJE	Manutenção Programada	03/04/2017 18:00:00	04/04/2017 04:00:00	PJe	Informamos que devido a atualização de versão, o sistema PJE esteve indisponível durante o período desta certidão.	 
PJE	Parada não Programada	31/03/2017 09:29:00	31/03/2017 10:32:00	PJe	Informamos que, no período desta certidão, o ambiente foi paralisado para reestabelecer os serviços que estavam comprometidos por lentidão.	 

Itens por página: 10 Página: 1 [Exibindo 1 - 10 de 26 - Página: 1/3]

Exportar tudo Exportar página

Aplicação	Tipo	Data do evento	Data do retorno	Abrangência	Aviso	Certidão
PJE	Parada não Programada	20/04/2017 14:15:00	20/04/2017 14:27:00	PJe Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	
PJE	Parada não Programada	12/04/2017 13:07:00	12/04/2017 13:37:00	PJE	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico, durante o período da certidão, para manutenção do sistema.	
PJE	Parada não Programada	11/04/2017 18:02:00	11/04/2017 18:07:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	



PJE	Parada não Programada	11/04/2017 17:17:00	11/04/2017 17:57:00	PJE Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa a indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico no Primeiro Grau, durante o período da certidão.	
PJE	Parada não Programada	07/04/2017 16:00:00	07/04/2017 16:15:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação realizou manutenção corretiva no Processo Judicial Eletrônico, e durante o período houve intermitência no acesso ao sistema.	
PJE	Parada não Programada	06/04/2017 13:01:00	06/04/2017 14:33:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o Sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para melhoria na infraestrutura do sistema.	

PJE	Parada não Programada	05/04/2017 14:17:00	05/04/2017 15:00:00	PJe	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação informa que o sistema Processo Judicial Eletrônico sofreu uma parada não programada para correções no sistema.	
PJE	Falha Inesperada	04/04/2017 06:01:00	11/04/2017 05:59:00	PJe Processos Incidentais de Primeiro Grau	A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, informa que no período cadastrado por esta certidão o Sistema Processo Judicial Eletrônico de Primeiro Grau apresentou problemas que impossibilitaram o peticionamento, EXCLUSIVAMENTE, DOS PROCESSOS INCIDENTAIS NO PRIMEIRO GRAU.	
PJE	Manutenção Programada	03/04/2017 18:00:00	04/04/2017 04:00:00	PJe	Informamos que devido a atualização de versão, o sistema PJE esteve indisponível durante o período desta certidão.	

PJE	Parada não Programada	31/03/2017 09:29:00	31/03/2017 10:32:00	PJe	Informamos que, no período desta certidão, o ambiente foi paralisado para reestabelecer os serviços que estavam comprometidos por lentidão.	
-----	-----------------------	------------------------	------------------------	-----	---	--

Quarta, 12 Abril 2017 10:53

OAB e TJRO participarão de audiência sobre o Processo Judicial Eletrônico

O presidente do Comitê de Informática do Tribunal de Justiça de Rondônia, desembargador Isaías Fonseca Moraes, e a Secretária de Tecnologia da Informação e Comunicação, Ângela Carmen Szymczak, receberam na manhã desta terça-feira, dia 11, o presidente da OAB, Andrey Cavalcante, para tratar de audiência marcada no CNJ sobre o Processo Judicial Eletrônico- PJe.



A OAB impetrou uma ação junto ao Conselho Nacional de Justiça pedindo providências sobre o PJe e foi designada uma audiência para o dia 26 de abril de 2017. O pedido foi protocolado em outubro de 2015 pela entidade, pedindo a suspensão da continuidade da implantação do Processo Judicial Eletrônico no TJRO. Porém, nesse meio tempo, muitos ajustes foram feitos pelo TJRO, atendendo, em parte,

ao anseio da classe.

O encontro teve, portanto, um viés de conciliação. Ambas as instituições aproveitaram para alinhar os argumentos a serem apresentados na audiência a fim de que se possa caminhar para um acordo, e, ainda, para a definição de metas com vistas à resolução definitiva das dificuldades. Andrey Cavalcante aproveitou para verificar os investimentos que o Poder Judiciário vem fazendo para melhorar a estrutura para o funcionamento do PJe, principalmente na área pessoal, reforçando a equipe de analistas para atender às demandas do sistema.

Assessoria de Comunicação Institucional